



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO, REALIZADA NO DIA 13 DE JANEIRO DE 2018-

Aos treze do mês de janeiro de dois mil e dezoito, pelas quinze horas, reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. -----

PRESENCAS: -----

Faltaram a presente sessão solene os membros municipais Maria João Loureiro Ribeiro, José Marcelino Gonçalves Silva e José Mário Machado Queirós, tendo apresentado as devidas justificações, pelo que a Mesa deliberou justificar estas faltas. ---

O deputado municipal Alfredo Manuel Lopes Pinto Coelho Mendonça, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por José Ricardo Brás Oliveira. -----

Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. -----

ABERTURA DA REUNIÃO -----

Pelas quinze horas, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a presente sessão extraordinária. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Valentim Carvalho Macedo, usou da palavra para fazer a sua intervenção que se passa a transcrever: «Há um ano, tomámos uma decisão relativamente às comemorações da Restauração do Concelho. Essa decisão, assume a importância dessa data histórica de 13 de Janeiro de 1898 que pecou por tardia, 20 anos atrás deveríamos ter comemorado os 100 anos desta efeméride. Esta comemoração deve levar-nos à recordação do passado, com isso valorizarmos o presente, projetando o futuro. Este período histórico de reafirmação da identidade local e da restauração da autonomia política e administrativa é assinalado porque, cito as palavras do Presidente da Câmara, Humberto Cerqueira “Um concelho é muito mais que uma divisão administrativa. É sobretudo uma comunidade que se revê na sua história.” Após mais de dois anos de dependência municipal, o Concelho de Mondim



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

de Basto (re) conquistou, neste dia, a sua independência administrativa e política, um episódio histórico que deixou marcas na identidade de um povo que, com certeza, nunca deixou de reivindicar a sua identidade e a sua independência, enquanto território e enquanto comunidade. Numa altura em que o passado é relembrado e festejado, e porque a História também se constrói no presente, a Assembleia Municipal realiza esta Sessão Solene da Restauração do Concelho porque o senhor presidente da Câmara e eu, Presidente da Assembleia decidimos que este momento merecia que todos os autarcas do concelho (antes apelidados de homens bons) estivessem presentes e dessem o seu contributo para o embelezamento deste ato. Relembro que “nesta data se comemora a restauração da nossa soberania, um momento que há 120 anos mobilizou homens bons e que culminou com o processo de luta contra a integração no município de Celorico de Basto, decisão que não beneficiava os cidadãos deste concelho, mas tinha antes como objetivo a redução de custos administrativos, a racionalização dos recursos financeiros e humanos, sem olhar aos prejuízos que este ato tinha para uma população enfraquecida pelos poucos recursos financeiros e culturais. A anexação do concelho de Mondim de Basto não deve ser vista como um caso isolado, mas fruto de uma política centralista seguida pelo Partido Regenerador, então no poder. Mas esta visão centralista, não era apenas dos Regeneradores, já que, também o outro Partido da alternância, o Partido Progressista, concordava. José Luciano, chefe desse partido, afirmava em 1892: “... o Poder Local só serve para gastar impostos e contrair dívidas, são um embaraço e perigo para o futuro e que o melhor era fundir”. Foi então, sem grande surpresa, que a 26 de setembro de 1895 foram suprimidos diversos concelhos por todo o País, no âmbito de uma reorganização política e administrativa do território português. Neste contexto, o concelho de Mondim de Basto ficou anexado ao de Celorico de Basto. O agravar da instabilidade política, característica deste período, em fevereiro de 1897 o governo caiu, enfraquecido pela ação da oposição e pela sua própria inoperância. Chegou ao poder o Partido Progressista, o qual reverteria muitas das medidas anteriormente tomadas, contrariando a política regeneradora. Em 13 de janeiro de 1898, depois de novas eleições para o governo e várias reclamações um pouco por todo o País, por decreto do ministro e secretário de estado dos negócios do reino, José Luciano de Castro, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

concelho de Mondim de Basto foi restaurado com todas as suas freguesias, com exceção de Lamas de Olo, sendo reintegrado no distrito de Vila Real. Mondim de Basto recuperou a sua independência, resgatou a sua autonomia, cortou as amarras da anexação e mostrou a nossa vontade de construir o nosso futuro. Mas porque é que isso aconteceu em Mondim de Basto e não em muitos outros concelhos que tinham sido igualmente diluídos pela anexação decretada em 1836, 1853 e 1895? Por que razão foi diferente? Apetece-nos perguntar. A resposta será, certamente, porque já existíamos enquanto Povo com uma essência forjada e moldada no forno secular da partilha e da pertença a esta nossa terra e o grau de desenvolvimento/crescimento seria superior à maioria dos vizinhos. Sentimos pela nossa História um imenso orgulho. Um orgulho construtivo que é solidário. Um orgulho que acolhe e que não excluiu ninguém. Nem todo o passado merece ser protagonista da História, apesar de o passado estender o seu manto sobre o presente e sobre o futuro, que eternamente nascem e se renovam. Contudo, todos os dias se escreve a História. Todos os dias, mulheres e homens contribuem para escrever a nossa História nas diversas atividades económicas, sociais e política (em especial no Poder Local Democrático). E que destino queremos? Um concelho com uma elevada qualidade de vida; um concelho que promova e reforce a nossa atividade económica e turística; que seja coeso socialmente; um concelho que se afirme na Região. Na política, assim como na vida, o sonho deve ser a luz do nosso percurso. A História todos julgará, mas a sua porta só se abrirá para quem realmente o merecer. Viva o 13 de Janeiro! Viva a Restauração! Viva Mondim de Basto!». -----

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o uso da palavra ao senhor Professor Dinis que fez uma breve apresentação do projeto. -----

Terminada esta intervenção, usou da palavra o deputado municipal do PSD, Bruno Miguel de Moura Ferreira cuja intervenção se passa a transcrever: «Hoje celebramos um momento singular da nossa história coletiva – Os 120 Anos da Restauração do Concelho de Mondim de Basto. A 13 de janeiro de 1898 voltamos ao que nunca deixamos de ser: orgulhosos transmontanos do concelho de Mondim de Basto. Foi uma decisão de justiça social, cultural e territorial. É também com justiça que celebramos hoje a nossa História. Celebrar e recordar a história são atitudes de respeito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

pela nossa memória, pelo passado, pelo presente e pelo futuro. Uma primeira palavra para todos aqueles que, ao longo dos tempos, e independentemente de terem nascido neste berço de ouro, contribuíram para o desenvolvimento deste jardim que nos sorri. Não há desenvolvimento de uma sociedade sem a vontade, a ambição e a irreverência dos membros da sua comunidade. Aqui o que somos hoje enquanto concelho, embora tenha dependido muito de nós, não é resultado exclusivamente da nossa vontade, assim como não será no futuro. Houvesse uma efetiva discriminação positiva para os agora chamados territórios de baixa densidade, no qual nos inserimos, e muitos dos nossos desafios e prioridades, ao longo do tempo, teriam sido bem diferentes. A restauração do concelho já superou três séculos, resistindo a diversas reorganizações administrativas e a grandes transformações sociais. Durante os últimos 120 anos, ultrapassamos diferentes regimes políticos, renovamos gerações e demos um contributo qualitativo à vida dos mondinenses. Sempre fomos caracterizados por um povo de trabalho, leal aos seus princípios e com grande orgulho na sua terra. Não conheço um único mondinense que não goste da sua terra. Ao longo da nossa história, sempre que partiu um mondinense à conquista do mundo levou no coração um pedaço da nossa terra. Estamos espalhados pelo mundo mas continuamos sempre ligados às nossas raízes. Caros e caras amigos, gostava que os últimos 120 anos fossem também celebrados com um pensamento nos próximos 120. Acredito, assim como no passado, que seremos capazes de construir o futuro. Respeitar e fazer justiça à nossa história é também assumirmos com determinação a nossa responsabilidade na construção desse futuro. E neste capítulo da história não existem os que têm responsabilidades e os que não têm porque somos todos mondinenses e porque amamos a nossa terra, é nosso dever sermos ainda mais criteriosos e exigentes com o nosso futuro, independentemente de estarmos na condição de eleitos ou de eleitores. Alguns futuristas conhecidos afirmam que o nosso mundo mudará mais nos próximos 20 anos do que aquilo que mudou nos últimos 300. Se planear o futuro é agir no presente, devemos questionar, já hoje, que história é esta que está a ser escrita. Porque somos pessoas responsáveis e com responsabilidades, devemos ter em consideração as seguintes questões: Que concelho vamos deixar para os nossos filhos e netos? E como será o concelho nos próximos 120



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

anos? Ao longo do tempo, o território tem sofrido e resistido a diversas transformações. Acredito que com uma gestão responsável, sustentável, dos nossos recursos podemos continuar a resistir. Mas então e as pessoas? Será que elas resistem à tendência de desertificação verificada nos últimos anos? Será que resistem à falta de oportunidades de emprego? Será que resistem à incapacidade de criar condições para a sua fixação? Consciente que este não é um problema exclusivamente nosso, mas também até onde vai a nossa responsabilidade, defendo que as pessoas devem ser a grande prioridade do concelho. Citando Sá Carneiro: «É necessário saber estar e romper a tempo». E o tempo é de planeamento e definição de estratégias mas também de ação, vontade, ambição e irreverência, o elixir que referi há pouco como sendo necessário para despoletar o desenvolvimento. Não vou viver o suficiente para constatar como estará o concelho daqui a 120 anos. Procurarei no entanto contribuir ao longo da minha vida para o deixar um pouco melhor do que aquilo que encontrei. Viva a Nossa História! Viva o nosso presente e futuro! Viva o Concelho de Mondim de Basto! E Viva às Pessoas da Nossa Terra Amada». -----

De seguida usou da palavra o deputado municipal do CDS-PP, Torcato Jorge Moura cuja intervenção se passa a transcrever: «Caros Mondinenses. Eu Acredito. Vamos todos também acreditar no Bom Caminho. É com profunda emoção que aqui estou hoje, em meu nome e em nome do CDS-PP, a intervir nas cerimónias de Comemoração dos 120 anos da Restauração do Nosso Concelho, extinto em 1895, depois de um período em que foram seguindo umas às outras as perdas de vitalidade próprias e do desenvolvimento do nosso concelho e dos concelhos vizinhos. Não viemos contudo aqui por concordar com o desenho mas sim na esperança de acreditar no bom caminho. Mas para que a esperança esteja sempre presente, para que seja efetiva, para que seja o motor do desenvolvimento, é necessário, é preciso que nos debrucemos para salientar os riscos de deixar avançar descontroladamente a decadência e após ela a desistência e o abandono. Porque, infelizmente, para todos nós mondinenses, os maus e decadentes momentos que vivemos hoje, são fortemente semelhantes aos que os mondinenses viveram aquando da extinção do concelho em 1895. Efetivamente, não foram só os acordos de bastidores dos dois principais partidos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

políticos da época, o regenerador e o progressista, que levaram à extinção de tantos concelhos, com a antiguidade de séculos, para o nosso concelho de Mondim de Basto. Foi também, como já referimos, a sucessiva degradação que estava a sofrer a economia do concelho, degradação essa acentuada com a crescente emigração em massa dos membros mais ativos da sua população para o Brasil. O rotativismo político de então, com a cíclica substituição de governos do Partido regenerador por outros do Partido Progressista, nada mais conseguia fazer do que sustentar lugares políticos para os respetivos filiados e afilhados, não encontrando soluções duradouras para resolver a crise económica e financeira do país. E se era a triste realidade do país no seu todo, mais o era a situação dos concelhos do interior mais afastados, como o nosso de Mondim de Basto. Sem capacidade para encontrar verdadeiras soluções para os problemas do país e dos seus concelhos, que respeitassem a dignidade coletiva das populações dos mesmos, os dois partidos maioritários, nada mais souberam fazer para enfrentar a crise financeira que se vivia do que tentar reduzir as despesas públicas decretando a extinção de uma série de freguesias, concelhos e distritos, anexando seu território a concelhos limítrofes de maior interesse eleitoral e político. Foi isso que fez em 26 de setembro de 1898 o chefe de Governo de então, João Franco, que extinguiu e decepcionou, entre muitos outros, o nosso histórico concelho de Mondim de Basto, anexando as suas freguesias a Celorico, à exceção de Lamas d'Olo que foi anexada a Vila Real, ao mesmo tempo aliás, desintegrando-nos do distrito de Vila Real para nos integrar no distrito de Braga. No dizer de uma jornalista da época, os governantes não respeitavam nada, nem a conveniência nem o bem-estar dos povos, nem as suas tradições históricas. Este desrespeito tornou-se em definitivo para muitos dos concelhos então extintos, não conseguindo ser para o nosso já que apenas dois anos antes e três meses, depois da data que hoje comemoramos e que tanto nos deveria orgulhar, a de 13 de janeiro de 1898, o concelho de Mondim viria a ser restaurado. Uma visão mais apressada poderia levar-nos a crer que esta correção administrativa se deveu à substituição de poderes políticos entretanto ocorrida em fevereiro de 1897, mas não foi esta mudança que ditou o restauro do nosso e de outros concelhos em 1898. Isto porque na sequência das reclamações formuladas até fevereiro de 1896 e nos termos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

dos decretos-leis de 14 e 15 desse mês e ano, veio a ser criada em 27 de maio do ano seguinte de 1897, uma Comissão encarregue de analisar a justeza dessas reclamações de pessoas dos concelhos extintos entre as quais as dinamizadas por alguns mondinenses. Fizeram maior eco delas algumas das figuras de mondinenses que no Brasil haviam granjeado fortuna e poder como seja o Comendador José António Álvares de Carvalho, da Casa da Igreja, que anos mais tarde havia de ser Presidente da Câmara de Mondim, e que tanto se batera pela reconstrução e levantamento da Ponte de Mondim sobre o Rio Tâmega. Já nesta data se reclamava a obra do século. No Bom Caminho. No seguimento desses e doutros contactos que manteve com o Conselheiro José Maria de Alpoim, de Mesão Frio (Deputado e então o “Delfim” de José Luciano de Castro, chefe do novo Governo, que Alpoim viria a integrar em agosto de 1898 como Ministro da Justiça) e com o Conde de Vila Real e Morgado de Mateus, os protestos das populações de Mondim vieram a ser atendidos e reconhecidos no Decreto-Lei de 13 de janeiro de 1898, assinado pelo Rei D. Carlos, por José Luciano de Castro e pelo Ministro da Justiça Veiga Beirão, junto com mais outros quinze concelhos extintos dois anos antes de, em 1895, como os de Vila Nova de Cerveira, Oeiras ou Santa Marta de Penaguião, Mondim recuperava assim a sua dignidade de concelho. Fora feita justiça aos mondinenses. Como assinalou José Luciano de Castro no prefácio do Decreto-Lei de 13 de janeiro de 1898 onde escreveu: Atendendo às convenientes informações oficiais e tendo em vista conciliar as comunidades dos povos com os superiores interesses da administração do Estado, vale pois a pena memorizar essa imediata sucessão de protestos formados e levados a cabo desde o início da extinção do concelho e que foram apoiados e defendidos junto do Governo central por vários transmontanos ilustres, como José Maria de Alpoim de Mesão Frio, e o Conde de Vila Real de Morgado de Mateus de Vila Real, cujos seus nomes foram há cerca de cem anos dados a artérias da nossa vila. Vale a pena tomar consciência dos riscos que correm os concelhos que vão perdendo a sua vitalidade económica, a sua capacidade de criar emprego e a riqueza, de preservar a sua memória histórica e identidade coletiva sem que os seus responsáveis políticos sejam capazes de encontrar soluções para esses e outros problemas que afetam as comunidades. Estimados Mondinenses. É hoje um dia muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

importante para Mondim e para os Mondinenses pois estamos a comemorar uma data histórica 120 anos da restauração do nosso Concelho. Será que estamos no Bom Caminho? O concelho de Mondim está inserido numa das regiões mais antigas de Portugal. Mondim hoje está completamente irreconhecível aos olhos de quem viveu naquela época. A verdade é que atravessamos durante o final do século passado até ao início deste uma época de ouro e de desenvolvimento, à qual nos fomos habituando. Foi uma época em que era o exemplo a seguir. A transformação do concelho foi total e progredia a olhos vistos. Hoje, infelizmente, estamos perante esta comemoração sob o signo da mais intensa crise económica e social e financeira de sempre deste concelho. A regressão é quase total. Mondim perde população. Mondim perde valências nos seus organismos públicos, alguns até já encerrados. A emigração volta a ser a entidade mais empregadora do nosso concelho, atingindo níveis históricos. Por tudo isto, acreditamos sem dúvida que hoje iniciaremos uma fase criativa, de inconformismo perante a situação atual do nosso concelho. Porque acreditamos que é possível chegar ao tão afamado Bom Caminho, e restabelecer a economia, a igualdade social, o emprego, recuperar os serviços, encaminhar os jovens e apoiar os menos jovens. Mondim precisa de todos nós, sobretudo Mondim precisa crescer, de se desenvolver e não de continuamente empobrecer em todas as suas valências. A indústria quase desaparece. O comércio todos os dias fecha portas e reclama medidas de apoio aos seus empresários. Mondim caminha a passos largos para ficar deserto e agarra-se com todas as suas forças ao bote salva-vidas de uma ponte que não passa de projeto em projeto, de protocolo em protocolo, mostrando que os mondinenses são um povo de muita esperança e crença. Todos nós queremos a ponte, se desse facto depender o desenvolvimento de Mondim então que venha a ponte e nos traga o Bom Caminho, vamos todos Acreditar. Para os mondinenses não é pois uma obrigação a vinda da ponte, a obra do século, é pois uma necessidade de quem cá mora, pois já a reclama não só há 8 anos atrás mas há 120 anos. Mas e se não vier? Como serão os anos seguintes, o que diremos quando comemormos os 124 anos da restauração do nosso concelho? Tem pois um sabor amargo esta comemoração. Meus senhores caros Mondinenses. Em democracia temos que saber ouvir e ser ouvidos. É nesta casa, nesta Assembleia que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

nos serve, que é a a casa de todos os mondinenses, que devemos, com respeito, discutir o futuro do nosso concelho. É este o desafio que aqui deixo a todos os senhores deputados desta Assembleia e a todos os Mondinenses. Celebrar um aniversário é homenagear as entidades e as pessoas que se destacam na nossa vida quotidiana, que colocam a sua vida, a sua competência e a sua dedicação e o seu afeto e o serviço à comunidade do nosso concelho. Mondinenses. Termino dizendo: não queremos ser a próxima freguesia de qualquer concelho vizinho. Vamos todos lutar por isso como fizeram os nossos há 120 anos». -----

De seguida usou da palavra a deputada municipal do Partido Socialista, Joana da Cunha Alegre, cuja intervenção se passa a transcrever: «No dia 13 de janeiro de 1898, Mondim de Basto recuperou a sua independência! Após cerca de 2 anos integrados no concelho de Celorico, foi-nos devolvida a autonomia e dignidade, com a restauração do Concelho. Nada nos move contra Celorico e os celoricenses, num espírito de boa vizinhança e colaboração, e até ansiamos pela melhoria da ligação a Celorico, nomeadamente com a obra prevista da ponte e ligação à variante do Tâmega. A reintegração no distrito de Vila Real reforça o sentido de pertença a Trás- os- Montes, com que sempre nos identificamos e valorizamos. No momento em que estive em causa a reestruturação político-administrativa do país, que se concretizou na reformulação do mapa das freguesias, e em que se adivinhavam intenções mais amplas de uma possível aglutinação de concelhos, é importante aproveitar este momento de comemoração para realçar o sentido de identidade do Ser Mondinense e pertencer a este concelho, para que não haja qualquer veleidade para contrariar esta autonomia com a agregação de concelhos. Nos nossos dias, em que vivemos num regime de plena democracia e em que, fruto do 25 de abril, foi institucionalizado o poder democrático, não aceitaremos de ânimo leve qualquer imposição que contrarie o sentir de todos nós, enquanto mondinenses e pertencentes a este concelho. Sentimos um imenso orgulho na nossa história. Um orgulho na nossa identidade. Somos concelho há 500 anos. Viva Mondim de Basto! Viva a Restauração! Viva os Mondinenses!» -----

Para encerrar a sessão usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Humberto da Costa Cerqueira, passando a transcrever-se a sua intervenção: «Assinalamos hoje e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

invocamos os 120 Anos da Restauração do Concelho. Poderíamos não assinalar a data e daí certamente não viria nenhum mal ao mundo. Mas vivemos o presente sustentados pelas raízes do passado e olhar o futuro de forma inteligente é ter em conta as experiências e ensinamentos do passado. Quem tem responsabilidades de governo numa Câmara Municipal ou numa Junta de Freguesia, deve governar para o bem-estar dos cidadãos, no presente, e no desenvolvimento sustentado no futuro. Quem governa deve governar para o presente mas sempre com os olhos no futuro. Aquilo que somo como pessoa ou como instituições veio sempre do passado. Somos fruto do nosso passado, individual e coletivo. As raízes que nos mantêm de pé são sempre do nosso passado. Esta é a dimensão que nos levou a celebrar esta data, 13 de janeiro de 1898, uma das datas mais importantes da história do município de Mondim de Basto. Por essa razão merece ser recordada e assinalada. Não o fazemos contra ninguém, apenas por nós próprios. Somos um concelho independente, por vontade própria e por direito. Não queremos ser mais que ninguém mas não aceitamos estar sob o jugo de outros. Voltemos à história e recuemos 120 anos. Com a grande reforma administrativa de 1836, o conhecido Decreto de Mouzinho da Silveira, foram eliminados na altura cerca de 500 municípios, reduzindo apenas para 351 os concelhos de Portugal continental. Atei, que era então concelho, deixou de o ser. Esta vontade para extinguir os concelhos mais pequenos continuou ao longo de todo o século XIX e em 1853 foram eliminados mais 83 concelhos. Ermelo era até então concelho e deixou de o ser. No final do século XIX, em 1895, João Franco, líder do partido regenerador e primeiro-ministro da altura, decide continuar a reforma de 1836 e 1853 e elimina vários concelhos, entre eles Mondim de Basto, sendo as suas freguesias, umas integradas no distrito de Vila Real e outras no concelho vizinho de Celorico de Basto. Em 1898 o Partido Progressista toma conta do poder em Lisboa e decide restaurar alguns concelhos entretanto extintos, entre eles Mondim de Basto. Num clima de grande instabilidade política do final da monarquia, que terminou com a criação da República em 1910, se pode entender que eliminem municípios com um novo passado histórico para os restaurar quatro anos depois. Os tempos são outros e a história não se repete mas há semelhanças desta época, com a política recente de encerrar serviços públicos no interior do país. Lembro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

o que aconteceu no anterior Governo com o encerramento do nosso Tribunal e a ameaça de encerrar o nosso serviço de Finanças. Lembro também, por ser atual, a degradação dos serviços dos CTT prestados à população ou a extinção de muitos serviços públicos e a sua degradação. Todos sabemos que existem nos corredores do poder quem defenda a extinção dos municípios com menos população. O argumento é simples: quanto menos o estado gastar nas zonas menos habitadas, mais dinheiro consegue libertar para investir nas cidades e nas regiões com mais população. Um argumento injusto e inaceitável. Se a União Europeia aplicasse o mesmo princípio na distribuição dos fundos comunitários, os países com menos população como Portugal deixariam de ter acesso aos fundos de coesão. Portugal enfrenta uma grave crise demográfica. Uma boa parte do seu território está envelhecido. O Estado tem de olhar para o país de forma igual e equilibrada, sem que ninguém fique para trás. 120 anos passaram, já não está ninguém vivo dessa altura para partilhar connosco essas memórias. O século XX foi um século admirável de acontecimentos, alguns trágicos, mas também um período de progresso social, tecnológico e bem-estar. De Mondim de Basto saíram soldados para a Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918, e saíram soldados para a Guerra Colonial. Nestes 120 anos o país e Mondim de Basto mudaram muito: caiu a Monarquia, caiu a Primeira República, caiu o Estado Novo. Por cá passaram figuras importantes e marcantes do século XX, escritores como Miguel Torga, músicos como Adriano Correia de Oliveira, políticos como Mário Soares, Cavaco Silva, Jorge Sampaio e mais recentemente António Costa. Durante o século XX, em Mondim de Basto, nasceram novas escolas, novos serviços de saúde. Foram criadas instituições emblemáticas no concelho como os Bombeiros Voluntários ou o Mondinense Futebol Clube. Assim se fez história, a par da história do país. Me, sempre fomos bem tratados pelo Estado, batemos o pé e exigimos aquilo a que temos direito. Tratamos bem, mas sem veneração, aqueles que nos reconhecem os direitos, nos ajudam a crescer e desenvolver. O caminho faz-se caminhando. Estamos a desenhar um concelho moderno, atrativo, tolerante, concelho aberto ao mundo que se estende muito para além das suas fronteiras naturais. É com a nossa história que olhamos para o futuro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

com confiança porque, e termino citando o Padre António Vieira, «Não há poder maior do que o poder do tempo. Tudo sujeita, tudo muda, tudo acaba». -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente sessão solene da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida na sessão de 23 de fevereiro de 2018, e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pelo Senhor Presidente de Assembleia e pela funcionária Emília de Carvalho Gonçalves, designada para o efeito pela Autarquia, que a redigiu, para valer como tal. ---
